

O COLONIALISMO INGLÊS NA ÁSIA E NA ÁFRICA

META

Apresentar os diferentes estados colonizados, apontando as diversas apropriações decorrentes dessa colonização.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

descrever o colonialismo durante a industrialização;

entender a expansão imperialista e compreender o sistema econômico vigente.

PRÉ-REQUISITOS

Compreensão do conteúdo das aulas anteriores;

leitura da obra “A formação do terceiro mundo” de Ladislau Dowbor.



(Fonte: <http://www.discoverhaiti.com>).

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou querida aluna, tenho certeza de que, juntos, já aprendemos muito acerca da saga da espécie humana sobre o planeta Terra. É uma bela aventura ou não é? Vamos seguir em frente: até aqui analisamos o colonialismo francês no norte da África e Indochina, no processo de desenvolvimento industrial, para entender a expansão imperialista. Acreditamos que neste momento da sua aprendizagem você já tenha conseguido entender uma parte das disputas ocorridas pelas metrópoles na corrida para expansão do capitalismo industrial. Nesta aula, iremos relatar a colonização Inglesa - o Egito e o Império Turco, a ocupação da Índia e as disputas territoriais na China.



A nova face do imperialismo. (Fonte: <http://www.vermelho.org.br>).

CONQUISTAS

A COLONIZAÇÃO INGLESA - O EGITO E O IMPÉRIO TURCO

Após a ocupação do Congo por Leopoldo II da Bélgica, e a conquista da Argélia pela França, chegou a vez de a Inglaterra lançar-se na conquista colonial de África e Ásia.

Essas conquistas foram precedidas de tratados de comércio junto aos governos locais, como o que fora realizado em 1838 com o Império Turco e, 1856, com o Marrocos, consolidando a dependência comercial desses países e desorganizando sua economia. Em 1882 a Inglaterra estabelecia

um protetorado sobre o Egito, submetendo, em seguida, o Sudão egípcio, Uganda e parte da África Oriental. A excitação pelo consumo de artigos europeus de luxo, criada a partir dos primeiros acordos comerciais do início do século, provocou o endividamento do **quediva** que, para saldar velhas dívidas, fez novos empréstimos, sofrendo por fim a intervenção britânica – mecanismo idêntico ao que a França utilizara na Tunísia. Foi a grande investida do capital financeiro na expansão do novo colonialismo.

Expandindo sua atuação como “oficina do mundo”, em finais do século XIX, a Inglaterra se apoderou do cone sul do continente africano, entregando essa iniciativa a um particular, o aventureiro Cecil Rhodes, e em 1890 adquiria o controle do mercado de diamantes. Estaria, nesse evento, o início da ocupação britânica no sul da África. Ao norte da Rodésia, conhecida como Rodésia do Norte, hoje Zâmbia, encontrava-se um território rico em cobre (10% da produção mundial) que, explorado pelo inglês Livingstone, de 1851 a 1873, passou ao controle da Companhia Inglesa da África do Sul, em 1891. O grande objetivo era o controle da rota do Mar Vermelho, que liga o Mar Mediterrâneo à África do Sul, e alcançar a Índia com facilidade.

Havia ainda os Estados Livres do Orange e Transvaal, na África Oriental, conhecidos como República dos Bôeres. Descendente dos colonizadores holandeses, a população bôer era um forte obstáculo, que seria vencido somente em 1902 com a conquista inglesa e a anexação, em 1909, da província do Cabo que, embora tivesse sido obtida pelos ingleses no Congresso de Viena, em 1815, encontrava-se ocupada pelos holandeses desde o século XVII, sendo por eles abandonada a fim de fundarem mais ao norte as Repúblicas do Orange e Transvaal.

Através do recém-construído (construção finalizada em 1869) canal de Suez e, com a consolidação do domínio inglês no Egito, África do Sul e leste africano, foi possível o controle sobre o Império Turco, já em franca decadência no século XIX. A manutenção do Império Turco, sem ser desmontado, mas sob controle, interessava aos ingleses que assim o utilizariam para bloquear a saída russa para o mar Mediterrâneo.

Faziam parte do Império Turco-Otomano, fundado no século XVI pelo sultão Osmã, a Sérvia, Bulgária e Grécia, na Europa; Trípoli, Tunísia, Argélia e Egito, na África, todas elas províncias que foram desmembradas após a expansão imperialista. O Egito tornara-se integrante do sistema econômico europeu desde que se libertara do domínio turco, em 1847, sendo desde então alvo de investimentos ingleses e franceses em

Quediva

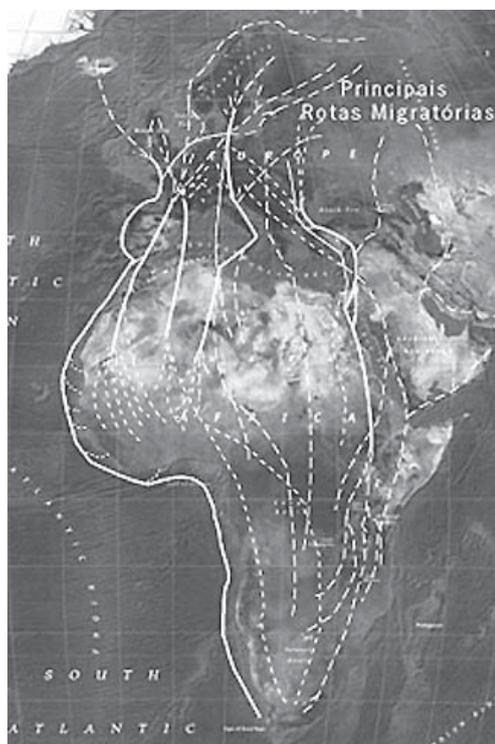
Título equivalente a vice-rei conferido ao paxá do Egito pelos turcos.



Canal de Suez (Fonte: <http://web.umr.edu>).

obras públicas de infra-estrutura, como ferrovias, canais de irrigação e o próprio canal de Suez.

O capitalismo ditava as normas para criação de mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas, bem como toda infra-estrutura necessária para escoamento dessa produção e entrada de produtos nas recém colonizadas nações – os protetorados.



África Setentrional (Fonte: <http://www.azibo.org>).

A Inglaterra ocupou militarmente o Egito, receosa pelos investimentos franceses no norte da África e também da importância estratégica do Mediterrâneo, novamente o centro difusor do comércio euro-asiático.

O leste africano acabou repartido entre Inglaterra, Itália e Alemanha. Os domínios britânicos estendiam-se desde o Cabo até o Golfo Pérsico.

A África Ocidental, onde o acesso para o interior era difícil, permitido apenas através de acordos com chefias locais que controlavam até então o tráfico de escravos, tornou-se também um foco de disputas coloniais. Os franceses partiram para a conquista da África Setentrional, já controlavam a região próxima ao delta do Níger, retomando uma antiga rota dos nômades do deserto que, passando por Timbuctu, atingiam os mercados da Argélia. A conquista militar permitiu a expansão francesa para o sul e sudeste, preocupando as demais potências européias e fazendo com que a Alemanha se apoderasse do Camarões (1884) e do Togo, no mesmo ano. As disputas pela Costa do Ouro,

Nigéria e Sudão Ocidental resultaram de acordos entre franceses, ingleses e alemães.

Tais disputas, nascidas da corrida neocolonialista, nada mais eram que uma acirrada rivalidade entre as nações industrializadas. Foram necessários inúmeros tratados e acordos secretos para predominar o equilíbrio nas relações políticas e internacionais, assim evitando um conflito bélico. Estes acordos eram substanciados pela expansão do capitalismo industrial, visto predominar no liberalismo político-econômico a necessidade de expansão e concentração cada vez maior de capital.

A OCUPAÇÃO DA ÍNDIA



Warren Hastings

Primeiro governador-geral da Índia e funcionário da Companhia Britânica das Índias Orientais

Se você já está impressionado(a) até aqui, imagine agora, com a ocupação da misteriosa Índia!

Os ingleses ocuparam a Índia no início do século XIX. A conquista da Índia foi consolidada em 1774, com a criação do governo geral, e **Warren Hastings** foi nomeado pela Companhia das Índias Orientais para o cargo

de governador. Desde o século XVII os governos europeus designaram o nome de Companhia das Índias Orientais às companhias comerciais privadas e garantidas pelo Estado, visando desenvolver a atividade comercial no Oriente. A Companhia Britânica das Índias Orientais (1600 – 1858) acabou por monopolizar o comércio com a Índia, obtendo o controle administrativo da maior parte da região. Em 1858 suas prerrogativas foram transferidas para a Coroa Inglesa.

Estava reservado aos administradores da companhia, além da concessão do comércio, o direito de arrecadarem impostos e exercerem funções judiciais, enquanto que para os indianos restavam apenas os cargos subalternos.

Apenas os aspectos culturais indianos, tais como o sistema de castas e a religião, não foram modificados pelo colonialismo inglês, no entanto, grandes transformações foram provocadas pela sua atuação. A produção têxtil indiana que era em grande parte exportada para a Inglaterra, passou a consumir produtos importados das indústrias européias, restando aos indianos a exportação de algodão bruto.

Mesmo porque os administradores ingleses estavam orientados, pelos governos ingleses, de proibirem os indianos de produzirem tecidos. Eles deveriam consumir os tecidos industrializados da Inglaterra e apenas fornecer o algodão bruto para ela. Sua produção não poderia ser mais em larga escala. Eram multados, e até mesmo presos, aqueles que fossem pegos fabricando tecidos.

Com o fim da Companhia Britânica das Índias Orientais, o artesanato indiano se extinguiu definitivamente, provocando uma forte desarticulação na economia, gerando o subemprego, a dependência e a pobreza, agravados pelo crescimento demográfico.

A administração da companhia criou a forma de apropriação privada da terra, através de uma política denominada Land Settlements. Com esse sistema, os administradores do imperador, os Zamindari, foram tomados como proprietários pelos funcionários da companhia, atribuindo ao Estado uma renda em moeda.

As terras passaram a adquirir um valor de mercado e duas classes sociais tornaram-se bem definidas: os Zamindari e os cultivadores, levando a decadência gradativa da camada camponesa em razão da divisão de terras. O aparecimento das relações de troca nas aldeias com a utilização de numerários deu origem aos empréstimos em épocas de penúria, com a conseqüente cobrança de ágio, agravando o empobrecimento no campo.

A ruína do artesanato ao beneficiar as importações inglesas provocou o despovoamento progressivo das cidades manufatureiras de Dacca, Patna, Nagpur e Ahmidabad. Conseqüentemente, houve prosperidade nas cidades portuárias. A tradicional ordem econômica e social deteriorou-se sem ocorrer o estabelecimento de uma nova ordem.

O comércio entre as metrópoles e as novas colônias era estabelecido



Algodão da Índia (Fonte: <http://waltermcarvalho.pro.br>).

com grandes perdas financeiras para as colônias. Lembrese, caro aluno ou querida aluna, que sempre o que estava determinando as ações dos grandes grupos industriais era a obtenção do lucro em toda e qualquer transação, uma característica do sistema capitalista. As políticas aduaneiras estipulavam taxas não superiores a 5% para os produtos exportados do Ocidente (o industrializado), enquanto que as taxas aduaneiras para os artigos dos asiáticos entrarem nos portos do Ocidente, variavam em torno de 30%, como o algodão da Índia, por exemplo. E como eram aplicada essa taxa aduaneira? Para os grupos industriais exportarem mercadorias para a Ásia, pagavam taxas de 5% do valor do produto como taxa de exportação. Enquanto os Asiáticos pagavam taxas de 30% para exportarem seus produtos para os europeus.

Podemos perceber que existia uma diferença de 25% mas, quem ganhava com isto? Ora, esse lucro obtido era da metrópole, que utilizava-o beneficiando as suas companhias de navegação!

As companhias privilegiadas de navegação eram responsáveis pela colocação nos mercados asiáticos dos produtos industrializados no Ocidente. A construção de ferrovias na Índia por imposição da Inglaterra, como um meio de transporte facilitador da integração de mercados, era baseada em vultosos investimentos. Ou seja, constituía em um número muito elevado de exportações para pagar aos ingleses a construção destas ferrovias, pois eram eles que as construíam. Assim, a partir de 1853, a Índia estava com enorme dívida junto aos bancos ingleses. Soma-se a isso o fato de as despesas das companhias de comércio serem custeadas por impostos cobrados aos camponeses, conduzindo-os ao elevado endividamento e à dependência externa. Situação idêntica ocorria nas Índias holandesas, na Malásia e na Indochina.

Obviamente o domínio do novo colonialismo na Índia não ocorreu sem a resistência de sua população. Contestando a dominação britânica tornou-se conhecida a Revolta dos Cipayos, nativos a serviço dos exércitos coloniais, ocorrida em 1857. Fortalecendo suas ações, juntou-se a ela o descontentamento da elite indiana que fora despojada de suas funções administrativas pela nova administração colonial, e ainda as camadas religiosas, diante da expansão das missões cristãs, e dos artesãos, que se viram arruinados pela importação (imposta) de artigos industrializados da Inglaterra. No entanto, a superioridade militar inglesa, auxiliada pela heterogeneidade das camadas revoltadas, possibilitou o fracasso da sublevação. A liderança do movimento nacionalista buscando o restabelecimento da independência indiana transfere-se das mãos dos príncipes, manipulados pelos administradores ingleses, para os intelectuais e comerciantes.

Esse movimento nacionalista indiano tinha como objetivo a mod-

ernização da sociedade de acordo com os padrões ocidentais, em vez de enfrentar o colonialismo, ou seja, aliar-se ao inimigo, obedecendo a suas regras de conduta, alterando os valores de uma sociedade estabelecida em bases culturais diferentes das ocidentais. Mantido o status dos príncipes indianos pela administração colonial inglesa, eles cuidavam de transmitir a educação inglesa ao povo local, sincretizando valores do hinduísmo tradicional com o cristianismo.

Estando a liderança nacionalista nas mãos dos intelectuais e comerciantes, eles passaram a expressar-se através do jornal *Brahmasamaj*, fundado por um brâmane partidário da educação inglesa na Índia, Raja Rammohun Roy. Surgem então inúmeras lideranças ligadas à causa nacional: Dayananda (1824-85); Rama Krishna (1834-86) e Vivekananda (1863-1902), todos defendendo um sincretismo de duas culturas, sem se esquecerem das realidades políticas e sociais. Criam na necessidade de reformar, confiando na Inglaterra.

Essa prudência iria nortear a fundação do Partido do Congresso Indiano, em 1885. Na origem do nacionalismo indiano, prevalece a moderação, só assumindo reivindicações mais radicais com Tilak (1856-1920), que insistia na participação mais ativa das massas e na ação, mesmo que fosse ilegal; ele criticou o ocidentalismo e a moderação do Partido do Congresso. Mais tarde, o Partido do Congresso, integrado por maioria hinduísta, seria liderado por Mohandas Karanchand Gandhi e **Jawaharial Nehru**, que participariam das negociações que precederam a independência da Índia em 1947.

Gandhi, mesmo em seus últimos anos de vida, continuava a transmitir seus ensinamentos de manifestação não-violenta.

Albert Einstein disse sobre Gandhi que as gerações por vir teriam dificuldade em acreditar que um homem como esse realmente existira e caminhara sobre a Terra.

Mahatma Gandhi afirmava a simplicidade de seus valores, derivados da crença tradicional hindu: verdade (*satya*) e não-violência (*ahimsa*). Ao retornar à Índia, depois de sua bem-sucedida carreira de advogado na África do Sul, deixou de usar as roupas que representavam riqueza e sucesso. Passou a vestir um tipo de roupa que costumava ser usada pelos mais pobres entre os indianos, feitas em casas (*khadi*). Ele e seus seguidores fabricavam artesanalmente os tecidos e os usavam em suas vestes; o que representava uma ameaça ao negócio britânico - apesar dos indianos estarem desempregados, em grande parte pela decadência da indústria têxtil, eles eram forçados a comprar roupas feitas em indústrias inglesas. Se os indianos fizessem suas próprias roupas, isso arruinaria a indústria têxtil britânica, ao invés de fortalecê-la.

O tear manual, símbolo desse ato de afirmação, viria a ser incorporado à bandeira do Congresso Nacional Indiano e à própria bandeira indiana.



Jawaharial Nehru

Primeiro-ministro da Índia, foi um homem fundamental na mudança de liderança na Índia. Quando da independência, em 15 de Agosto de 1947 assumiu a chefia do Governo.



Mahatma Gandhi

(“Mahatma”, do sânito “A Grande Alma”) (1869-1948) Foi um dos idealizadores e fundadores do moderno estado indiano e um influente defensor do Satyagraha (princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto, freqüentemente traduzido como “o caminho da verdade” ou “a busca da verdade”) como um meio de revolução.

Uma de suas mais eficientes ações foi a marcha do sal, conhecida como Marcha Dândi, que começou em 12 de março de 1930 e terminou em 5 de abril, quando Gandhi levou milhares de pessoas ao mar a fim de coletarem seu próprio sal ao invés de pagar a taxa prevista sobre o sal comprado. Em 08 de maio de 1933, Gandhi começou um jejum que duraria 21 dias em protesto à opressão Britânica contra a Índia. Em Bombaim, no dia 3 de março de 1939, Gandhi jejuou novamente em protesto às regras autoritárias e autocráticas para a Índia. Liderou mais de 250 milhões de hindus.

AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA CHINA

Durante o século XIX, a China tornava-se rico alvo da cobiça européia. O território foi invadido pelos contrabandistas ingleses e americanos, apesar da resistência do governo chinês em abrir seus portos para o comércio. O chá era comprado na China em troca do ópio cultivado na Índia. O principal interesse do Ocidente era pela libertação desse comércio que, juntando-se ao desejo de concessão de tarifas favoráveis para as mercadorias inglesas, conduziu à Primeira Guerra do Ópio, quando, em 1842, o vice-rei do Cantão confiscou e interrompeu o contrabando, criando pretexto para a intervenção britânica. Essa intervenção forçou a abertura de cinco portos no sudeste da China e a cessão de Hong Kong, através do Tratado de Nanquim. Logo, com a Segunda Guerra do Ópio, em 1856, e a Terceira, no ano de 1858, ocorreu a abertura de mais onze portos e o estabelecimento de relações diplomáticas com o Ocidente, trazendo benefícios comerciais para França, Inglaterra, EUA e Rússia. A Rússia, após tomar o território ao norte do rio Amur, pertencente à China, fundou, em 1858, a cidade de Vladivostok e, em 1898, obteria o direito de construir a estrada de ferro que ligaria a cidade de Vladivostok à Manchúria Chinesa. Em 1904, ao tentar anexar a Manchúria, a Rússia entrou em guerra contra o Japão.

O governo chinês não contava com o apoio de sua população, assim ficava fácil a penetração ocidental na China. Mas, uma nova resistência da população a esta invasão ocidental ocorreu em 1900, resistência que ficou conhecida como a Revolta dos Boxers, uma sociedade que pretendia a expulsão dos estrangeiros. Após muitas mortes, os Boxers foram dominados por uma força militar constituída pelas potências imperialistas.

O advento das Guerras do Ópio deu origem a uma política denominada “Portas Abertas”, por parte do governo chinês, a qual buscava forçar o comércio com o Ocidente, sendo retomada com a derrota dos Boxers e se estendendo até o final da II Guerra Mundial, quando se deu o reconhecimento da soberania da China.

As pressões das nações imperialistas sobre a China geraram forte instabilidade no governo local, enfraquecendo a monarquia manchu. Constituiu-se um governo dissidente em Nanquim, entre 1851-1864, com a revolta

de Taiping, quando camponeses reivindicavam uma redistribuição das terras na proporção do tamanho de cada família. Essa revolta estendeu-se também ao plano religioso, almejando um cristianismo sincretizado com cultos populares.



Cena da Guerra do Ópio (Fonte: <http://www.claseshistoria.com>).

A atitude passiva do imperador diante da invasão dos “bárbaros do Ocidente” deu origem a várias revoltas, além das já mencionadas, das quais as mais significativas foram a de Nian (1851-1868) e as insurreições muçulmanas (1855-1878). Após 1860, com o fim da Primeira Guerra do Ópio, os acordos estabelecidos com franceses e ingleses permitiram ao imperador sufocar tais rebeliões, assegurando permanecer em seu trono e garantir a influência e dominação econômica na região pelas potências imperialistas. A classe aristocrática rural se consolidou como classe hegemônica, buscando se espelhar no Japão, que soube conservar sua antiga ordem política e social. Entretanto, as reformas foram superficiais e não conduziram a mudanças significativas nas relações sociais e econômicas de produção, que normatizavam a qualidade de vida da população. Assim, agravou-se a crise política com a derrota da China contra os franceses de 1884 a 1885, e na Guerra Sino-Japonesa de 1894 a 1895. A partilha da China em áreas de influência, que se desenvolvia desde 1880, conduziu à anexação da Birmânia (atual Mianma) pela Grã-Bretanha, em 1895, enquanto a vitória japonesa em 1895 conquistava a Coreia e Formosa (Taiwan) para o Japão.



Estrada de ferro ligando a cidade de Vladivostok à Manchúria Chinesa (Fonte: <http://net.lib.byu.edu>).

Em 1897 a Alemanha se apoderava de Kiaochow e passava a explorar as minas de Xantung e a construção de ferrovias com a concessão daquilo que restava do poder político manchú.

Como você pode perceber, caro aluno ou querida aluna, houve uma completa desorganização da sociedade chinesa. Isso resultou na destruição de sua unidade cultural e ideológica, sem que se criasse uma outra unidade que a substituísse, mesmo que fosse nos moldes tradicionais, ou de inspiração ocidental. Ficou constituído o fundamento da dominação e exploração imperialista no país, que produziu uma transformação em sua estrutura econômica e social, com o surgimento de um proletariado industrial e um segmento burguês – obra do capitalismo dominante. Essas mudanças se estendiam ao campo, onde se realizavam também as relações capitalistas de produção, aumentando o preço do arrendamento da terra e a circulação de moedas, sem deixar de manter um alto grau de isolamento provincial, propício ao sistema capitalista que explorava e expropriava a região intensamente.

Por fim, a crescente rivalidade entre os colonizadores alimentava o jogo das alianças políticas, unindo ingleses e japoneses em 1902, com o intuito de proteger certas áreas contra os abusos dos russos e alemães. Esses abusos e apropriações deveriam ser mantidos por eles, ou seja, não queriam dividir o território que estavam expropriando, do qual conseguiam crescente expansão capitalista. Estando a Coréia sob domínio japonês, o Tibete cai nas mãos dos ingleses em 1912, e a Rússia estabelecia um protetorado na Mongólia.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Alemanha se afastou da China, o mesmo ocorrendo com os interesses franceses e ingleses no Oriente, abrindo espaço para a hegemonia japonesa na região.

Mudou o colonizador, mas não mudaram os objetivos da conquista - expansão do capital industrial que necessitava de mão-de-obra barata, matérias-primas e mercado consumidor.



Guerra Sino-Japonesa (Fonte: <http://www.sgi.org>).

CONCLUSÃO

Ao final desta aula eu consigo entender a expansão imperialista ocorrida no Egito e o Império Turco? É possível para mim, fazer uma análise dos principais fatos que transformaram as estruturas sociais existentes, focalizando as mudanças ocorridas e as resistências que as nações imperialistas enfrentaram? Quando tratamos da ocupação da Índia, percebemos as contradições existentes entre, produção artesanal necessária ao consumo interno e as exportações e importações substitutivas dessa produção? Como posso diferenciar a ocupação da Índia e as disputas territoriais na China? Sou capaz de entender por que o Japão, sendo um país também asiático, não tratou seus vizinhos continentais diferentemente dos países ocidentais?

RESUMO

Nesta aula você acompanhou a colonização inglesa na Ásia e na África. Veja que antes das conquistas houve a assinatura de acordos de 1838, com o Império Turco, e em 1856 com o Marrocos. Em 1882, a Inglaterra estabelece um protetorado no Egito, submetendo Sudão, Uganda e África Ocidental.

Você viu a potência do Império Turco-otomano, fundado no século XVI, formado pela Sérvia, Bulgária e Suécia, na Europa, além de Trípole, Tunízia, Argélia e Egito, na Ásia.

Vimos como o capitalismo ditava as normas, e como as potências da Alemanha, França e Inglaterra, ora trocavam ameaças, ora se uniam no processo de exploração dos territórios asiáticos.

Importante você observar como as barreiras alfandegárias ao livre comércio beneficiavam somente as potências imperialistas, penalizando as colônias que exportavam somente matéria prima, com baixo valor agregado.

Finalmente, acompanhamos as disputas territoriais na China, envolvendo os Estados Unidos, bem como a participação do vizinho Japão no mesmo processo exploratório de conquista, atacando um povo irmão, de mesma origem.

ATIVIDADES

Você compreenderá melhor a apropriação e intervenção japonesa na China através da leitura sobre a Guerra Sino-japonesa, nas páginas: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/china_9.htm e http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/china_10.htm.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Após as colonizações da Ásia e da África pela Inglaterra, os impérios da Turquia e do Marrocos tiveram suas economias devastadas, pois é característica da conquista ou ocupação destruir, sob todos os aspectos, a estrutura das nações ocupadas.

Esse modelo foi visto em todas as guerras e conflitos expansionistas, independentemente de qual seja a nação imperialista ou de qual seja a nação invadida. Toda nação que adota o imperialismo como bandeira, na verdade quer conquistar riquezas, poder e domínio. É uma guerra de conquista e o objetivo é espoliar povos oprimidos, sem estrutura econômica e sem organização de poder capaz de enfrentar povos muito mais organizados.



AUTO-AVALIAÇÃO

Ao final desta aula eu consigo entender a expansão imperialista ocorrida no Egito e no Império Turco? É possível para mim fazer uma análise dos principais fatos que transformaram as estruturas sociais existentes, focalizando as mudanças ocorridas e as resistências que as nações imperialistas enfrentaram? Quando tratamos da ocupação da Índia, percebemos as contradições existentes entre produção artesanal necessária ao consumo interno e as exportações e importações substitutivas dessa produção? Como posso diferenciar a ocupação da Índia e as disputas territoriais na China? Sou capaz de entender por que o Japão, sendo um país também asiático, não tratou seus vizinhos continentais diferentemente dos países ocidentais?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).

CARVALHO, Platão Eugênio de. **Neocolonialismo: a expansão imperialista do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História).

DOWBOR, Ladislau. **A formação do Terceiro Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História).